

CARREIRAS



OPORTUNIDADES

Para suprir a demanda

Universidade cria curso de pós-graduação em arqueologia preventiva com o objetivo de capacitar novos profissionais

Na última década, a arqueologia aplicada ao licenciamento ambiental, chamada de empresarial ou preventiva, prosperou no país impulsionada por grandes obras de infraestrutura. A demanda crescente de mão de obra especializada tem criado novas oportunidades para arqueólogos até então acostumados com a pesquisa acadêmica. Embora a essência do trabalho seja a mesma, a arqueologia empresarial requer conhecimentos específicos com ênfase, por exemplo, no processo de licenciamento ambiental. O problema é que são raros os cursos acadêmicos que oferecem

especialização para o pesquisador que deseja seguir nesse ramo da arqueologia. Pensando nisso, a Universidade do Vale do Paraíba criou uma pós-graduação *lato sensu* em arqueologia preventiva. O curso, de 21 meses de duração, terá início este ano e será destinado a alunos graduados ou pós-graduados em arqueologia e áreas correlatas, tais como história, geografia, geologia, arquitetura, engenharia civil, biologia e gestão ambiental.

“O objetivo é tornar esses profissionais aptos a identificar e reconhecer sítios arqueológicos das mais diversas categorias e também lidar com as fases do licenciamento ambiental”,

conta o arqueólogo Wagner Bernal, coordenador do curso. Atualmente, apenas cursos de graduação em arqueologia oferecem algumas noções sobre a atividade, cabendo às empresas do setor a responsabilidade de treinar os profissionais para exercer essa tarefa. “Ainda assim, a graduação não aborda com profundidade questões específicas da arqueologia preventiva”, diz Bernal. Por isso, a grade curricular incluirá disciplinas como prevenção e gestão do patrimônio arqueológico, educação patrimonial e tecnologias computacionais aplicadas à área. O curso foi elaborado a partir

da proposta das empresas que atuam no setor, ao perceberem a carência de profissionais no mercado.

Bornal explica que o pesquisador interessado em migrar para a arqueologia preventiva continuará utilizando todas as habilidades e conhecimentos já aprendidos. “O diferencial está na forma como se relacionam a pesquisa científica e o cronograma das obras”, diz ele. A finalidade da arqueologia empresarial é avaliar os impactos que os empreendimentos podem ocasionar sobre os testemunhos do passado e indicar as melhores medidas para evitar, mitigar ou compensar esses impactos. A arqueologia praticada na academia geralmente parte de um problema, que pode ser resolvido a longo prazo. Algumas linhas de pesquisa chegam a durar décadas, preocupadas apenas com questões de fundo científico. Já a empresarial, além dos prazos mais curtos, está atrelada a um contexto maior, que envolve os meios biótico, cultural, social e econômico.

A expansão da arqueologia no país começou em 1986, quando uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) determinou que a atividade fizesse parte dos estudos de impacto ambiental. Até então, ela era restrita à pesquisa acadêmica e somente o setor de energia elétrica era obrigado, por lei, a contratar arqueólogos de universidades ou museus para resgatar materiais de sítios que pudessem sofrer danos em obras, principalmente de hidrelétricas. A nova medida possibilitou o início da profissionalização da atividade, que ainda aguarda pela regulamentação.

EMPREENDEDORISMO

Caminho inovador

IMEmprende, do Instituto de Matemática e Estatística da USP, quer transformar ideias em produtos



Alunos, ex-alunos e docentes do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo (IME-USP) contam desde dezembro do ano passado com um

instrumento de apoio para transformar ideias e projetos inovadores em um empreendimento comercial. O IMEmprende foi criado como um grupo de interesse em empreendedorismo para conectar pessoas que compartilham da mesma cultura acadêmica e ajudá-las em seus projetos. “Existe na universidade muita pesquisa aplicável, de grande qualidade, que não encontra caminho para transformar-se em produto”, diz Paulo Salem, ex-aluno do curso de ciência da computação do IME e diretor-executivo do IMEmprende. “Boa parte do conhecimento que poderia gerar valor econômico, como *softwares* criados com o uso de sofisticadas teorias de inteligência artificial, se perde porque não há incentivo suficiente para que se torne um produto.” Salem deu vazão a seu lado empreendedor aos 17 anos, quando criou o SmartNote, em resposta a um desafio lançado pela então revista *Informática Exame*, atualmente *Info Exame*, de criar o melhor aplicativo para *post-its* (pequenos adesivos usados para lembrar de tarefas e compromissos).

O objetivo do IMEmprende é fomentar a transformação de conhecimento em tecnologia e produtos por meio da promoção de

encontros e trocas entre os membros, bem como destes com investidores, por exemplo. Por enquanto a comunicação entre os membros se dá principalmente por uma lista de *e-mail* (<https://groups.google.com/forum/#!forum/imemprende>), na qual já se inscreveram 51 pessoas. Dessas, 35 participaram da primeira reunião do grupo, no fim do ano passado. “No IME existe a Empresa Júnior, mas tradicionalmente não focada nessa ideia de empreendedorismo, de fomentar *startup*”, diz Salem, que após a sua graduação em 2005 entrou no programa de doutorado direto na USP em ciência da computação, com dupla titulação também pela Université Paris-Sud (França). “Quando terminei meu doutorado, em 2012, resolvi dedicar meu tempo ao empreendedorismo”, relata Salem. Foi quando ele teve a ideia de criar o portal Liberalis (<http://liberalis.biz>), voltado para profissionais liberais e autônomos, a exemplo de médicos, psicólogos, advogados, marceneiros e arquitetos, que querem divulgar seus currículos ou portfólios de trabalhos. “O *software* é totalmente automatizado. Se o profissional colocar poucas informações, por exemplo, será gerada uma página adequada aos dados disponíveis.”

O *site* foi lançado em julho de 2012 com opções básicas e com o tempo algumas modificações foram feitas. “No começo só podia colocar o currículo quem pagasse, mas no meio do caminho mudei o modelo de negócios”, relata Salem. O sistema tem registrado atualmente cerca de 2.500 profissionais, mas os pagantes ainda são muito poucos.